PROJETO DE LEI Nº , DE 2023 (Do Sr. Dep. Delegado Paulo Bilynskyj)

Institui a obrigatoriedade de uso de câmeras de vigilância por parte da Presidência da República e de seus Ministros de Estado durante todo o expediente de trabalho.

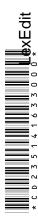
O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º É instituída a obrigatoriedade de uso de câmeras de áudio e vídeo por parte da Presidência da República e de seus Ministros de Estado durante todo o expediente de trabalho.
- §1º O arquivamento e conservação das gravações dar-se-á da seguinte forma:
- I todas as gravações deverão ser arquivadas e conservadas por um período mínimo de 60 dias;
- II as gravações deverão ser arquivadas e conservadas por um período mínimo de doze (12) meses quando envolver a prática de atos ilícitos ou atentatórios à probidade da administração pública;
 - § 2º As gravações poderão ser disponibilizadas para o público geral.
- Art. 2º Essa Lei será regulamentada de acordo com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, com atenção especial aos princípios da finalidade, necessidade, transparência e não-discriminação de raça, etnia, sexo, idioma ou religião.
- Art. 3º As dotações orçamentárias vigentes contemplarão as despesas decorrentes da implementação desta Lei, devendo ser suplementada, se necessário.
 - Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretende instituir a obrigatoriedade do





uso de câmeras de áudio e vídeo por parte da Presidência da República e de seus Ministros de Estado durante todo o expediente de trabalho.

Essa medida visa promover a transparência e o controle nas atividades desempenhadas pelos principais cargos do governo, garantindo que as ações e decisões tomadas sejam registradas e possam ser verificadas posteriormente, quando necessário.

Além disso, nas gravações em que ficar constatada a prática de atos de corrupção ou de quaisquer outros atos atentatórios à probidade da Administração Pública, deverão ser arquivadas e conservadas por um período mínimo de doze meses. Tal disposição visa auxiliar na condução de demandas judiciais e administrativas, permitindo que as autoridades competentes tenham acesso aos elementos probatórios relevantes, fortalecendo a efetividade do sistema de justiça, e garantindo, por consequência, o cumprimento da lei.

Por fim, vale destacar que, consoante o disposto no art. 2º do presente projeto, não há que se falar em violação do direito à intimidade da Presidência da República nem de seus Ministros de Estado, uma vez que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais assegura que os direitos e a privacidade das pessoas envolvidas sejam respeitados.

Pelo exposto, solicito apoio dos nobres pares neste Projeto de Lei para a sua aprovação.

> Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ Relator



